

Apresentação

Cuiabá 300 anos: debates sobre educação, pesquisa e inovações

Sob a temática *Cuiabá 300 anos: Debates sobre Educação, Pesquisa e Inovações*, esta edição especial da *Revista de Educação Pública* faz alusão à comemoração dos 300 anos da capital mato-grossense, ressaltando a cidade enquanto cenário de práticas educativas, no qual arquiteturas, instituições e práticas culturais sociais formam cidadãos em seus comportamentos, saberes, rituais e sonhos.

Cuiabá, como as demais cidades, serve de inspiração para refletimos sobre como são apropriados os movimentos de sociabilidade que acontecem entre seus “atores, relações sociais, personagens, grupos, classes práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos” (PESAVENTO, 2007, p. 13). Em um movimento entre espaço-tempo, na compreensão do passado e planejamento de um futuro, a cidade sempre está a explicar o seu presente, conforme sinaliza Pesavento (2007).

Nesse sentido, alguns artigos desta edição se voltam para a análise da cidade. José Cláudio Sooma Silva, em seu artigo *Educar a cidade, governar a sua gente: investimentos para organizar o Rio de Janeiro nos anos 1920*, analisa o entrecruzamento de dois empreendimentos que marcaram a cidade do Rio de Janeiro naquele período: a Reforma da Instrução Pública e o Plano de Remodelação e Embelezamento Urbano, buscando perceber algumas dimensões referentes à cidade e à escola pública. Já Marijane Silveira da Silva, em seu artigo *Aspectos historiográficos da educação na cidade de Porto Velho-RO (1910-1930)*, trata sobre o surgimento da cidade de Porto Velho e como, nesse contexto, as instituições escolares foram sendo organizadas.

No artigo seguinte, intitulado *Arquivos e Educação: Prática de arquivamento e memória*, Diana Vidal e André Luiz Paulilo tratam sobre as práticas em torno dos arquivos, locais de guarda de patrimônios e memórias das culturas, práticas e instituições, procurando estabelecer interfaces entre a pesquisa em acervos escolares e arquivos públicos e a educação em arquivos.

No espaço cidadão percebemos que o ensino e a aprendizagem acontecem, conforme Gohn (2006), no entrecruzar da educação não formal, formal e informal. A não formal são as experiências compartilhadas na vida, “em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupo de indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais” (GOHN, 2006, p. 29). A educação informal “socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes,

comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por nascimento”.

No entrecruzamento da educação não formal e informal, o artigo *O lúdico na cultura contemporânea*, de autoria de Luiz Octávio de Lima Camargo, procura mostrar a presença do lúdico nas diferentes instâncias da vida cultural cotidiana. Giuliano Gomes de Assis Pimentel e Hani Zehdi Amine Awad, no artigo *Usos e significados da recreação na produção acadêmica*, compactuam com a concepção de Camargo ao compreender o lúdico como fenômeno transicional e integrador entre natureza e cultura, e trazem o estado da arte sobre a recreação como dispositivo lúdico nos estudos acadêmicos publicados em periódicos.

A educação formal, aquela que acontece em ambientes normatizados por leis, como as escolas e universidades, é tratada nos artigos que se seguem, permitindo-nos vislumbrar os debates sobre instituições educativas, pesquisa e inovações.

No ano em que a capital do Estado de Mato Grosso comemorou seus 300 anos, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC) completou 110 anos. Nesse tempo, a Educação Profissional e Tecnológica sofreu avanços, retrocessos e resistência na busca por uma educação humana integral, como apontado por Clarice Monteiro Escott em seu artigo. Nele, a autora analisa, historicamente e na atualidade, as políticas públicas para os institutos federais.

O cenário atual, de expansão no território nacional, principalmente o período de 2002 a 2016, levou à necessidade de investimento na formação de seus servidores. Nesse sentido, Rony Freitas, em seu artigo *Mudanças de concepções docentes em um mestrado em educação profissional e tecnológica ofertado em rede nacional*, relata alguns resultados na mudança de concepção em dois anos de funcionamento do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Já o artigo de Nádia Cuiabano Kunze traz a lume *O rumo trilhado pelo IFMT: 2009-2019*. O Instituto Federal de Mato Grosso, em sua primeira fase, foi constituído mediante a integração do Cefet-MT, sediado na capital, ao Cefet-Cuiabá, no município de Santo Antônio de Leverger, e à EAF Cáceres, considerados como *campi* do recém-criado instituto federal. Em dez anos de funcionamento (2009-2019), o Instituto Federal de Mato Grosso oferece ensino, pesquisa e extensão em 15 microrregiões e 5 mesorregiões estaduais, voltado para a educação profissional.

No cenário atual das universidades públicas, que entram no ciclo de sucateamento por falta de investimento de manutenção e nas pesquisas, um projeto de lei intitulado *Future-se* traz mudanças significativas no conceito de universidade, atendendo as novas formas de relação entre capital e trabalho. Esse projeto é analisado por Mauro Augusto Burkert Del Pino em seu artigo *A universidade pública e o Future-se: a valorização do capital como centro das relações acadêmicas*.

No debate em torno da temática *Narrativas e releituras em representações sociais*, a construção do conhecimento social, no âmbito do senso comum, *é problematizada a partir da proposição* de Sandra Jovchelovitch¹ sobre a análise sociogenética das representações sociais. Em torno dessa proposição, reúnem-se três artigos que buscam aplicá-la em pesquisas específicas de modo a analisar seus fundamentos. A proposição principal de Jovchelovitch é aqui publicada sob o título *Uma abordagem sociogenética do núcleo central das representações sociais: o caso da esfera pública brasileira*. Assim, intenta-se que o leitor tenha referência sobre o ponto de convergência dos demais artigos.

Na primeira análise, tem-se o texto *Narrativas y representaciones sociales inspirada en y dialogando con Sandra Jovchelovitch*, de Susana Seidmann, que analisa seus dados de pesquisa com pessoas em situação de rua e outros protagonistas que vivem em condições de vulnerabilidade e estigmatização. Nos estudos analisados, destaca-se que narrativas consolidam os aspectos identitários das pessoas envolvidas, criando uma continuidade forjada nos processos histórico e social, intimamente implicadas na organização da representações sociais.

Em *Análise sociogenética do núcleo central das representações sociais: investigações sobre o cuidado hospitalar de crianças*, Daniela Freire Andrade, Érica Teibel e Andréia Assunção apresentam resultados de pesquisas com crianças e profissionais no contexto hospitalar, tomando a relação entre representações sociais e narrativas tanto como fenômeno da comunicação social e produção de sentidos quanto como estratégia metodológica a ser utilizada nas pesquisas e intervenções com crianças.

Ao analisarem o contexto de formação de professores, Adelina Novaes e Maria Conceição Passeggi tratam, em colaboração no artigo intitulado *Fita de Möbius e fractal: aproximações entre representações sociais e narrativas*, da relação narrativas e representações sociais anunciando sua interdependência e apresentando as narrativas como modalidade de intervenção nos processos formativos de professores.

O conjunto dos três artigos sugere a pertinência da tese de Jovchelovitch, destacando que narrativas e representações sociais são formas populares de atribuir sentido ao mundo, possuindo as primeiras potencial de mudanças das representações sociais.

Para finalizar, o artigo *Las claves pedagógicas de los sistemas educativos globales. Lecciones de los sistemas de alto rendimiento*, de autoria de Leoncio Vega Gil, nos provoca a refletir sobre alguns “mitos educativos” presentes na literatura

1 Proposição anunciada na XII Conferência Internacional sobre Representações Sociais (CIRS), realizada na cidade de São Paulo em julho de 2014.

educacional internacional e nos centros e agências de pesquisa e aconselhamento focados nas altas taxas de desempenho, desafiando-nos a suavizar e relativizar alguns fundamentos tradicionais da dimensão social e pedagógica dos sistemas educacionais.

Os artigos aqui reunidos, de pesquisadores nacionais e internacionais, nos levam a refletir a educação em suas diferentes vertentes, configurando-se uma leitura aprazível e importante aos que se dedicam a pesquisar a educação.

Referências

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio**: avaliação das políticas públicas de educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Elizabeth Figueiredo de Sá
Coordenadora do Seminário Educação 2019

Cleomar Ferreira Gomes
Vice-coordenador do Seminário Educação 2019

PPGE/IE/UFMT